

Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural*

Representaciones sociales hegemónicas y polémicas en el contexto de identidad rural [TC]
Hegemonic and polemic social representations in the context of rural identity [TC]

Mariana Bonomo**

Lídio de Souza***

Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil

Resumo

O estudo objetivou conhecer as representações de rural e de cidade com o intuito de compreender como membros de uma comunidade rural posicionam-se frente à estrutura social e simbólica hegemonicamente urbana. O conjunto de dados foi obtido através de entrevistas com 200 integrantes de uma comunidade rural, contemplando os seguintes núcleos de informação: motivações para êxodo/permanência no território, experiência de preconceito, estereótipos atribuídos ao grupo rural e valores endo/exogrúpicos. Os resultados referentes às motivações para êxodo ou permanência no campo revelaram o predomínio do projeto de vida vinculado ao rural. Os clássicos estereótipos de *roceiros*, *bobos* e *caipiras* foram identificados como a imagem social do homem do campo, elementos que deflagram o cenário conflitual estratégico à elaboração de representações defensivas, sendo o endogrupo rural associado a valores positivos e a cidade a significados negativamente valorados. Discute-se o imaginário grupal como campo de

forças no qual são elaboradas representações polêmicas em resposta à hegemonia urbana.

Palavras-chave: conflito, estereótipo, hegemonia, minoria social, representação social, ruralidade.

Resumen

El objetivo de este estudio es conocer las representaciones de lo rural y lo urbano con el intento de comprender cómo miembros de una comunidad rural se posicionan frente a la estructura social y simbólica hegemónica urbana. Se obtuvo el conjunto de datos a través de entrevistas a 200 integrantes de una comunidad rural, contemplando los siguientes núcleos de información: motivaciones para éxodo/permanencia en el territorio, experiencia de prejuicios, estereotipos atribuidos al grupo rural, y valores endo/exo-grupales. Los resultados referentes a las motivaciones para el éxodo o permanencia en el campo revelaron el predominio del proyecto de vida vinculado a lo rural. Los clásicos estereotipos de *roceiros*, *bobos* y *caipiras* fueron identificados como

* Trabalho desenvolvido a partir da Tese de Doutorado *Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias*. Apoio: CNPq e CAPES/PDEE.

** Graduada (2004) e Doutora em Psicologia (2010) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente é bolsista recém-Doutor (PRODOC) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES e atua como pesquisadora da Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (RedePSO - UFES).

*** (1956-2012): Mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1995) e pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2005-2006). Foi professor associado III, atuando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e no Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo.

Para citar este artículo: Bonomo, M. & Souza, L. (2013). Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural. *Avances en Psicología Latinoamericana*, vol. 31 (2), pp. 402-418.

La correspondencia relacionada con este artículo puede dirigirse a: Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Av. Fernando Ferrari, nº 514 – Campus Universitário Goiabeiras – Vitória, Espírito Santo, Brasil - Cep: 29075-910. Telefone: ++ (55) 027 4009 2501. E-mail: marianadalbo@gmail.com

la imagen social del hombre del campo, elementos que producen el escenario conflictivo estratégico a la elaboración de representaciones defensivas, siendo el endogrupo rural asociado a valores positivos, y la ciudad, a significados negativamente valorizados. Se discute el imaginario grupal como campo de fuerzas en el que se elaboran representaciones polémicas en respuesta a la hegemonía urbana.

Palabras clave: conflicto, estereotipo, hegemonía, minoría social, representación social, ruralidad.

Abstract

The objective of this study is identifying the rural and the urban representations leading to an understanding of how members of the rural community see themselves in relation to the hegemonically urban social and symbolic structure. The data was collected through interviews with 200 members of a rural community, covering the following topics: reasons for exodus from/permanence in the territory, experience of prejudice, stereotypes attributed to rural group and in/out-group values. The results in terms of reasons for exodus from/permanence in the rural area revealed a predominance of life projects linked to the countryside. The classic stereotypes of *hick*, *dumb*, *country bumpkins* were identified as the social image linked to the rural dweller, elements that provoke strategic scenarios in conflict with the elaboration of defensive representations, where the in-group is associated to positive values and the city to negative values. The imaginary group is viewed as a force field where polemic representations are elaborated in answer to urban hegemony.

Keywords: conflict, stereotypes, hegemony, social minority, social representation, rurality.

A cena contemporânea coloca em relevo o avanço dos processos de globalização cuja característica principal é a exploração econômica. Como efeito desta perspectiva desenvolvimentista, as vivências e grupos tradicionais, considerados atrasados e representantes de uma temporalidade a ser superada, são lançados à margem das sociabilidades consideradas legítimas. A noção de que uma realidade social e cultural diversificada é uma barreira a ser transposta para proporcionar o pleno desen-

volvimento econômico associa-se aos modelos ideológicos amplamente sustentados nas políticas globalizantes que se pretendem forças inelutáveis e homogeneizadoras das identidades locais. Todavia, conforme análise apresentada por Souza (2008), Cabecinhas (2006) e Burity (2001), chama a atenção o movimento de resistência que marca o fortalecimento das identidades locais e regionais, construído justamente por categorias minoritárias.

Considerando que o pertencimento social implica o contexto de inserção dos grupos na organização mais ampla da sociedade (Doise, 2002; Moscovici, 1979, 1993), nossas reflexões procuram situar na estrutura social o pertencimento ao modo de vida rural a partir do imaginário de integrantes de uma comunidade camponesa. Partindo dos processos psicossociais expressos através dos estereótipos e dos valores identificados no eixo hegemônico versus minoritário, a investigação procura evidenciar o posicionamento do grupo rural frente às categorias sociais ruralidade e urbanidade que nos parecem fundamentais na elaboração do campo de forças que caracteriza o sistema simbólico intra e intergrupal.

Entender como as minorias têm vivenciado a crescente pressão à hegemonia, especialmente aquelas vinculadas ao contexto cultural camponês, mostrou-se uma tarefa necessária tendo em vista as históricas representações constituídas por estereótipos que qualificam o *ser rural* como atrasado, sem educação ou desprovido de inteligência (Campos, 2007; Fressato, 2008; Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Vasconcellos, 2009) e ainda como aquele que não conseguiu ascender ao modo de vida moderno e urbano. De acordo com Tassara (2007): “[...] os termos urbanidade e civilidade têm seus significados conotados com uma positividade ideal, carregada de valores e ideologias a respeito do que é o bom, do melhor lugar, do bem educado, do avançado, do civilizado, contrapondo-se muitas vezes ao sentido atribuído ao rural, ao campo como o lugar atrasado, do rude, do não civilizado” (p. 11).

Este processo nos interessa especialmente por propiciar a análise dos objetos de representação que entram nesse campo, cujos significados estão ancorados em categorias mais gerais da organização

sociocultural e nas condições circunstanciais mais imediatas nas quais os grupos estão inseridos. O estudo da dinâmica das representações exige tanto a análise das relações intragrupo quanto dos elementos representacionais referentes ao objeto social em questão. Mais do que isso, exige a análise da inserção do próprio grupo no sistema social mais amplo (Doise, 2002) do qual partem poderosas representações, hegemonicamente funcionais, que exercem um tipo particular de força sobre o sistema e proporcionam as condições para a elaboração de um campo identitário, regulador das representações sociais (Vala, 1997). Nesta perspectiva, a identidade social poderia ser pensada como a resistência (e contestação) de uma determinada minoria social face às pressões de um grupo dominante e como afirmação de outro lugar na estrutura social segundo os valores e o grupo/categoria a que pertencem.

Conforme classificação apresentada por Moscovici (1988), três tipos de representações estariam em circulação, em função das relações estabelecidas entre os grupos sociais e da constituição da própria realidade social a partir das categorias simbólicas disponíveis em nosso sistema cultural: hegemônicas, emancipadas e polêmicas. Para Bigazzi (2009), a diferença entre as três modalidades expressaria a transição conceitual das representações coletivas durkheimianas às representações sociais propostas por Moscovici (1978), perspectiva que defende a não-consensualidade das representações e permite a análise da realidade social segundo a tomada de posição dos grupos e indivíduos a partir da sua inserção cultural, econômica, político-ideológica e religiosa.

As representações hegemônicas, segundo Cabecinhas, Lima e Chaves (2006), “podem ser partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado (uma nação, um partido, etc.) e prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas, parecendo ser uniformes e coercivas” (p. 3). Ao retomar o conceito de representação hegemônica, Arruda (1998) argumenta que é importante resgatar a dinamicidade do imaginário social. Segundo a autora, a construção das representações hegemônicas “também é de luta de territórios — físicos e simbólicos — cuja demarcação se quer estabelecer. A acomodação dos sentimentos ambíguos (...) tanto

quanto atração e desejo de controle — se faz à custa da eliminação de certas características em benefício de outras” (p. 25), conflitualidade que ganha maior clareza quando pensada a partir do posicionamento oposto dos grupos minoritários baseado em representações polêmicas (Galli, 2006).

As representações emancipadas, por sua vez, refletem o compartilhamento de significados por subgrupos e podem resultar em práticas de solidariedade, enquanto as representações polêmicas são geradas em um processo oposto. As representações polêmicas proveem justamente de contextos conflituosos e de disputa entre grupos, indicando processos de resistência e de oposição que são centrais na elaboração da identidade social. No que se refere à modalidade de pertencimento que se configura a partir da noção de identidade, compartilhamos em nossas análises da proposição conceitual fornecida por Tajfel (1982a, 1982b, 1983), que congrega as dimensões do reconhecimento de pertença ao grupo (cognitivo), a atribuição de valência positiva ao próprio grupo e negativa ao grupo opositor (avaliativa) e, finalmente, a manifestação de componentes afetivos vinculados a esse sistema de diferenciação e pertencimento grupais.

Considerando o histórico conflito entre campocidade expresso pelos movimentos sociais campocidades (Fernandes, 2005; Gohn, 2006), nos pareceu relevante conhecer a relação entre o campo representacional hegemônico e o possível movimento de afirmação identitária pelo grupo rural, quadro que se mostra particularmente favorável à utilização dos conceitos de representações sociais hegemônicas e polêmicas presentes no imaginário social (Arruda, 2005).

Para Medeiros (2001), através de sua organização como movimentos sociais os trabalhadores rurais puderam construir uma categoria política, cumprindo uma proposta histórica de luta para permanência no campo e resistência contra o seu abandono através de uma consolidação do modo de vida rural. Como ensinam os autores que teorizam sobre os processos grupais, especialmente Tajfel (1982a, 1982b, 1983), se um determinado grupo não consegue munir os seus membros em torno de uma identidade social positiva, a tendência é que haja o abandono desse grupo pelo indivíduo ou o

seu engajamento no processo de mudança social. O êxodo rural e os movimentos sociais camponeses são expressões desse funcionamento e estratégia, frutos de uma histórica comparação e luta entre as categorias urbana e rural (Fernandes, 2005).

Na região em que o estudo foi desenvolvido podemos identificar o reflexo do conflito campocidade na variação da população rural nas últimas décadas. Segundo o IBGE, entre 1960 e 1970 essa variação foi de (-) 147 583 pessoas, entre 1970 e 1980 (-) 161 849, entre 1980 e 1991 (-) 39 538 e entre 1991 e 2000 (-) 42 323. Destacamos o período entre 1960 e 1980, período no qual mais de 300 mil pessoas abandonaram as áreas rurais. Nesta mesma época presenciou-se a implantação dos chamados Grandes Projetos (Aracruz Celulose, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Samarco Mineração), bem como a consolidação de um dos mais sólidos movimentos sociais brasileiros, o Movimento dos Sem Terra (MST), regionalmente consolidado no norte do Estado. Como informa Valadão (1999), diferentemente do sul e da região central, o norte do Estado teve uma composição territorial marcada pelos grandes latifúndios. Ainda segundo a referida autora, a pobreza associada aos modos de vida organizados na pequena propriedade rural provocou o massivo investimento do governo em políticas e projetos de desenvolvimento que visavam, em última instância, o aniquilamento dessa forma de existência.

Os movimentos de resistência para a permanência no campo —desde as Ligas Camponesas e Sistema CONTAG, nas décadas de 1950 e 1960, ao MST e ao sindicalismo rural contemporâneo—, mantiveram-se historicamente comprometidos com a defesa do mundo camponês, procurando criar condições dignas, objetivas e simbólicas, para que homens e mulheres, agricultores e agricultoras, pudessem construir no campo os seus projetos de vida. Como ressalta Martins (1994), os movimentos sociais vinculados às lutas no campo não se restringiram a uma tentativa de transformação da dimensão econômica, mas incluíram demandas por saúde, educação, justiça e paz, reivindicando “[...] *integração política, [de] emancipação, (isto é, de libertação de todos os vínculos de dependência e submissão), [de] reconhecimento como sujeitos*

de seu próprio destino e de um *destino próprio*, diferente, se necessário” (Martins, 1994, p. 159).

Estratégias metodológicas

Participantes

A pesquisa foi desenvolvida com representantes de quatro grupos geracionais de uma comunidade rural da região norte do estado do Espírito Santo/Brasil, selecionados a partir de dados censitários da localidade (Bonomo & Souza, 2010). Em cada geração foram entrevistadas 25 pessoas do sexo masculino e 25 do sexo feminino, totalizando 200 participantes, com idades mínima e máxima de 7 e 81 anos. Informamos que o sexo foi considerado apenas para equilibrar a distribuição dos participantes nos diferentes grupos geracionais, não sendo uma variável de interesse para a análise dos dados. Os grupos foram compostos de acordo com as seguintes faixas etárias: 4.^a geração entre 7 e 12 anos, 3.^a entre 15 e 25 anos, 2.^a entre 35 e 45 anos, e 1.^a geração 60 anos ou mais.

Procedimento de coleta dos dados

A coleta dos dados foi realizada na própria comunidade rural, de acordo com a disponibilidade dos participantes e respeitando os locais sugeridos para a realização das entrevistas. As entrevistas foram realizadas individualmente, tendo sido precedidas de informações sobre os objetivos do trabalho e da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação em pesquisas.

Instrumentos e tratamento dos dados

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado contendo os seguintes núcleos de informação: (i) *dados pessoais do respondente* (sexo, idade, estado civil e escolaridade); (ii) *relação com o território urbano* —(a) para os *retornados* (pessoas da comunidade que já haviam vivido em áreas urbanas e que retornaram à comunidade rural): informações sobre motivação para a saída do meio rural, tempo de permanência em área urbana, cidade de destino e se recomendaria a vida na cidade

para demais pessoas da comunidade rural; (b) para os *não migrados*: se já haviam pensado em deixar o meio rural e viver na cidade (justificar a resposta); e (c) motivações para êxodo no momento “atual” para todos os participantes do estudo (justificar a resposta); (iii) *experiência de preconceito* (se já havia vivenciado alguma situação preconceituosa por ser reconhecido como pessoa do meio rural e relatar a experiência, quando fosse o caso); (iv) *metarrepresentação*— questão que consistiu em provocar o participante a imaginar o que as pessoas da cidade pensariam das pessoas do meio rural. Neste tópico solicitou-se aos participantes que indicassem até três palavras (ou características, ou nomeações) que representassem os significados por eles selecionados; e, por fim, (v) *identificação dos valores do rural e da cidade* (listagem com até três elementos por objeto).

As informações relativas à *relação com o território urbano e experiência de preconceito*, bem como os elementos provenientes da *metarrepresentação* e da *identificação dos valores do rural e da cidade*, foram sistematizadas através dos recursos metodológicos da Análise de Conteúdo (Bardin, 2002, 2003), estratégia que permite captar o “[...] repertório semântico ou sintático de determinado grupo social” (Oliveira, 2008, p. 570). As informações sobre os respondentes, por sua vez, foram organizadas através de procedimentos da estatística descritiva.

Resultados e discussão

Relação campo-cidade: motivações para permanência ou êxodo rural

Em relação ao grupo de participantes que migrou (integrantes apenas da primeira e segunda gerações), observou-se que expressões como “tentar a vida na cidade” ou “em busca de melhora” retratam a motivação de 12,5% dos respondentes para sair do meio rural em direção aos centros urbanos. O tempo médio de permanência dos *retornados* na cidade foi de 23 meses (entre 4 meses e 8 anos) e as cidades de destino foram o centro do próprio município ($f=6$), outras cidades do próprio Estado ($f=18$) e cidade de outro Estado da federação bra-

sileira ($f=1$). Entre os motivos para o êxodo rural vivenciado pelos participantes foram mencionados a busca por *trabalho* ($f=22$) e o acesso ao *estudo* ($f=03$), dados em consonância com fatores que têm mobilizado processos de migração campo-cidade em território brasileiro (Oliveira & Jannuzzi, 2005; Portela & Vesentini, 2008; Tassara & Rabinovich, 2007).

Dos 25 participantes que migraram e que retornaram para a comunidade (14 homens e 11 mulheres), apenas 4 afirmaram que recomendam a vida na cidade para os demais membros da comunidade rural, tendo como referência a acessibilidade a recursos médicos e a possibilidade de ser empregado/ter salário. Para a maioria (84%), a cidade não é um bom lugar para se viver e, portanto, não recomendam o modo de vida urbano, tendo em vista a seguinte argumentação, baseada na comparação entre os dois territórios: não gostam da cidade (ambiente preso, tumultuado, violento e sem amizade), o rural possui mais vantagens (sustentabilidade, segurança e tranquilidade), o migrante rural ocupa na sociedade urbana lugar de inferioridade (mora na periferia e passa fome) e na cidade os trabalhadores possuem padrão, contrariando a ideia do trabalho livre tal como vivenciado na agricultura familiar.

Dos participantes que não viveram na cidade (175 respondentes), 22,28% já pensaram em viver em áreas urbanas. Na tabela 1 são fornecidas informações sobre as motivações para saída/permanência no território rural para os não migrados.

Conforme informações apresentadas na tabela 1, entre os motivos para um possível êxodo prevalecem os fatores externos baseados na busca por recursos, resultados que confirmam pesquisas sobre migração em direção aos centros urbanos (Oliveira & Jannuzzi, 2005; Portela & Vesentini, 2008; Tassara & Rabinovich, 2007). No conjunto de dados, destacam-se algumas especificidades geracionais: na primeira geração a demanda por atendimento médico e na segunda e terceira gerações o acesso ao estudo e a oportunidades de emprego.

As pressões propulsoras do processo de migração, como denominadas por Ribemboim e Moreira (2008), podem ser caracterizadas como forças “expulsionistas”, quando relacionadas à impossibilidade de sobrevivência no campo, ou

Tabela 1
 Motivações para saída/permanência no campo segundo participantes não migrados

| Motivos | | G1 <i>n_i</i> = 38 | G2 <i>n_i</i> = 37 | G3 <i>n_i</i> = 50 | G4 <i>n_i</i> = 50 | Total <i>n_i</i> = 175 |
|---------------------------|---|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|
| | Acesso a serviços de saúde | 04 | - | - | - | 04 |
| | Acesso ao estudo para os filhos | - | 01 | - | - | 01 |
| | Acesso ao estudo | - | - | 10 | - | 10 |
| Pensou em viver na cidade | Expectativas de que a vida seria melhor na cidade | 02 | 02 | 03 | - | 06 |
| | Dificuldade para produzir no campo | 02 | 01 | 01 | 01 | 05 |
| | Morar com parentes da cidade | - | - | 01 | 01 | 02 |
| | Oportunidade de emprego | - | 05 | 03 | - | 08 |
| | Não se identifica com o trabalho agrícola | - | - | 01 | 01 | 02 |
| Total | Pensou em viver na cidade | 08 | 09 | 19 | 03 | 39 |
| Nunca pensou | Identificação com o modo de vida rural | 30 | 28 | 31 | 47 | 136 |
| Total | Nunca pensou em viver na cidade | 30 | 28 | 31 | 47 | 136 |

Nota: Frequência absoluta das motivações para saída/permanência no campo. N=175.

“atrativistas”, quando relacionadas aos atributos existentes nas cidades que provocariam a atração voluntária de membros do território rural. As diferentes gerações apresentam diferenças cruciais no que concerne às possibilidades/necessidades de migração, o que indica a existência de mais uma força interveniente no sistema migratório: a ideologia desenvolvimentista centrada no processo de urbanização/capitalização (Latouche, 2009; Nóvoa & Fressato, 2007).

Em finais da década de 1980 e início da década de 1990, presenciou-se neste território um expressivo e violento conflito entre a implantação e expansão dos chamados Grandes Projetos, que garantiriam o desenvolvimento econômico regional defendido pela União Democrata Ruralista, e as lideranças camponesas resistentes às pressões para o abandono de suas terras e a dissolução das comunidades rurais, marcadamente, as Comunidades Eclesiais de Base (Valadão, 1999). O conflito entre as comunidades rurais do norte do Estado e a Aracruz Celulose está entre os fatores que influenciaram integrantes das primeiras gerações do grupo a considerar a possibilidade de saída do campo.

Para os 136 participantes que mencionaram nunca ter pensado em viver em áreas urbanas, as

justificativas se fundamentaram em avaliações negativas sobre o modo de vida citadino e na predileção endogrupal, conforme processo de comparação social implicado na identificação social com o grupo rural (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg & Abrams, 1999; Souza, 2004, 2008; Tajfel, 1982a; Turner & Reynolds, 2001).

A tabela 2 apresenta a sistematização dos dados relacionados à intenção de migração no momento da entrevista e as informações relativas às motivações para o êxodo.

Entre os 37 participantes que mencionaram algum motivo para o êxodo contemporâneo, as justificativas novamente relacionam-se ao acesso a recursos escassos, ou ausentes no contexto rural e disponíveis apenas na cidade, englobando fatores atrativistas (emprego e estudo) e expulsionistas (dificuldade de produção no campo). Todavia, alguns participantes, particularmente os jovens, expressam a tensão entre a necessidade/desejo de acesso aos recursos existentes na cidade e o vínculo afetivo com o modo de vida rural. É importante destacar que dos 19 jovens (tabela 1) que disseram já ter pensado em ir para a cidade, 13 manifestam como motivo o interesse em continuar os estudos (tabela 2), problemática que assume centralidade

Tabela 2
 Motivação para saída/permanência no campo frente à hipótese de êxodo contemporâneo

| Motivos | | G1 <i>n_i</i> = 50 | G2 <i>n_i</i> = 50 | G3 <i>n_i</i> = 50 | G4 <i>n_i</i> = 50 | Total <i>n_i</i> = 200 |
|--------------|--|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|
| Deixaria | Estudar | - | - | 13 | 02 | 15 |
| | Condições de estudo para os filhos | - | 01 | - | - | 01 |
| | Oportunidades de emprego | - | 02 | 05 | - | 07 |
| | Se a família fosse | 01 | - | - | 05 | 06 |
| | Se não existisse nenhuma possibilidade de sobrevivência no campo | - | 04 | - | 04 | 08 |
| Total | Deixaria o meio rural pelos referidos motivos | 01 | 07 | 18 | 11 | 37 |
| Não deixaria | Jamais deixaria o meio rural | 49 | 43 | 32 | 39 | 163 |
| Total | Não deixaria o meio rural por nenhum motivo | 49 | 43 | 32 | 39 | 163 |

Nota. Frequência absoluta das motivações para saída/permanência no campo frente à hipótese de êxodo contemporâneo. N=200

na pauta de preocupações dos movimentos sociais camponeses (Brumer, 2006; Brumer, Pandolfo, & Coradini, 2008; Castro, 2009), visto que o êxodo seletivo a partir da geração juvenil poderia comprometer a reprodução do tecido social local. Ficar no campo, em sua comunidade, ou partir para os centros urbanos, como discutido por Castro (2009), “[...] é mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e nos remete à análise de *juventude rural* como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo” (p. 205).

Entre os 163 participantes que disseram que *nada os faria deixar o meio rural* estão 23 dos 25 que já viveram durante algum tempo na cidade. A argumentação fundada na predileção pelo modo de vida rural tem como referência uma comparação pautada por elementos afetivamente carregados que resultam na ênfase sobre as vantagens do campo e as desvantagens da cidade, e colocam em relevo a identificação com a categoria rural (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg & Abrams, 1999; Souza, 2004, 2008; Tajfel, 1982a; Turner & Reynolds, 2001).

Os resultados apresentados nesta seção indicam a prevalência, nas quatro gerações, de um projeto de vida vinculado à cultura rural. As novas gerações ressaltaram temas como o casamento e a incorporação ao modo de produção da agricultura familiar, elementos centrais para a reprodução e manutenção

das unidades familiares camponesas e consequente renovação do tecido social da comunidade. A partir de um projeto de vida no campo, a socialização das novas gerações, apoiada na cultura comunitária e rural, vai orientando o futuro dos jovens, adolescentes e crianças como homens e mulheres rurais. Nesta perspectiva de reprodução social, às mulheres destinam-se o cuidado com os filhos, a casa, a horta e as criações como responsabilidades principais (Panzutti, 2006; Stropasolas, 2004, 2006), elementos que já podem ser identificados nas informações fornecidas pelas mulheres das novas gerações da comunidade. Aos homens, por sua vez, são destinados os cuidados com as lavouras e o provimento da família (Romanelli & Bezerra, 1999; Santos, 2006), que já na quarta geração é incorporado de forma lúdica ganhando notável importância para a terceira geração, quando os jovens são impulsionados a conquistar recursos no local para a formação de sua própria família.

Os resultados apresentados evidenciam a identificação dos participantes com o modo de vida rural, predominando a manifestação de projetos de permanência no campo, apesar das dificuldades objetivas mencionadas. Na impossibilidade de acesso ao estudo e diante das dificuldades de produção no campo, busca-se na cidade alternativas de emprego e formação escolar, processo que, segundo Galizoni (2002), poderia representar também uma

estratégia de preservação do próprio sistema rural, considerando que as novas gerações enfrentam o problema de distribuição dos recursos internos para a formação de uma nova unidade de trabalho. A migração motivada pela busca por recursos pode representar uma estratégia para a manutenção grupal e não para a sua superação. Neste caso, os emigrados poderiam fornecer subsídio financeiro à sua família e, na possibilidade de acúmulo de recursos, poderiam retornar ao campo e adquirir terra para sua unidade familiar, vivendo o êxodo de forma estratégica e temporária.

Ruralidade e imagem social: estereótipos, experiência de preconceito e valores endo/exogrupais

No conjunto de dados apresentado na seção anterior, contemplando informações acerca da prática migratória campo-cidade, se destacam alguns elementos introdutórios à discussão do fenômeno da identificação social (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg & Abrams, 1999; Souza, 2004, 2008; Tajfel, 1982a; Turner & Reynolds, 2001). É preciso, todavia, interrogar sobre a dinâmica subjacente a estes processos, dimensão na qual se revelam as representações criadas pelo grupo “como processo de elaboração psicológica e social da realidade” (Cabecinhas, 2009. p.04). A análise desta dinâmica pode apresentar maior consistência à luz dos processos psicossociais.

Com o objetivo de conhecer a imagem que membros do grupo rural possuem frente à sociedade urbana, coletou-se informações sobre o que denominamos ‘metarrepresentações’, ou seja, as representações do grupo rural investigado sobre as possíveis representações que grupo urbano possuiria sobre sua categoria de pertencimento, o *ser rural*. O propósito central foi obter informações sobre os estereótipos do *homem do campo*, dimensão que poderá revelar a representação da qual o grupo rural procura se diferenciar e defender (Cabecinhas & Lázaro, 1997). Conforme informado por alguns autores, o grupo rural poderia: (a) apagar os estereótipos negativos (Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003), amplamente difundidos no imaginário social (Arruda, 2005), o

que equivale a um processo de ressignificação valorativa a favor do endogrupo; ou, (b) reconhecer a imagem negativa hegemonicamente atribuída às pessoas rurais, opção que nos confere dupla tarefa, já que defendemos ser necessário conhecer o fenômeno em sua eminência identitária (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg & Abrams, 1999; Souza, 2004, 2008; Tajfel, 1982a; Turner & Reynolds, 2001). Neste segundo caso, precisamos focalizar dois processos que guardam estreita relação com o estabelecimento de territórios de pertencimento, quais sejam, a presença de um *contexto conflitivo* e, por sua vez, a *resistência* como campo de força que visa assegurar a representatividade simbólica positiva do endogrupo em face ao grupo de oposição (Doise, 1982, 2002; Glaveanu, 2009).

Os dados referentes às ‘metarrepresentações’ evidenciaram que os elementos constituintes possuem valoração negativa, tendo sido mencionado apenas um elemento positivamente valorado (“elogiam”), que se contrapõe claramente a todos os demais. Como significados característicos da imagem do homem rural no universo citadino foram indicados os seguintes temas (entre parênteses são fornecidas as frequências absolutas): *sem conhecimento/instrução*: “burros” (27), “falam errado” (19), “não sabem nada” (16) e “desinformados” (10); *fora da moda*: “cafonas” (25) e “malvestidos” (14); *sem esperteza*: “bobos” (30) e “bestas” (12); *oposto à imagem de progresso/modernidade*: “pobres” (29), “moram mal” (14) e “atrasados” (11); e ainda: “pessoas ruins” (11). Além desses significados, verificou-se a menção aos clássicos estereótipos sobre os “roceiros” (59), o “caipira” (49), o “jeca tatu” (21) e o “capião” (18), que sempre serviram para qualificar negativamente o homem do campo e que ainda permanecem no imaginário social (Campos, 2007; Vasconcellos, 2009).

Os estereótipos negativos de rural que circulam no imaginário urbano, segundo a interpretação do endogrupo, estão estreitamente ligados às imagens difundidas nos veículos de comunicação de massa e à imagem social do *homem do campo* identificada por alguns autores (Campos, 2007; Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Vasconcellos, 2009). Todavia, é nas conversações cotidianas e nos contatos com outros grupos que

tais estereótipos se concretizam e provocam a resposta necessária para a defesa endogrupal e diferenciação dos grupos de oposição, cenário característico das experiências de preconceito.

Apesar de sua função basilar de simplificação da complexidade do mundo, que permite aos indivíduos se localizar no ambiente natural e social e se relacionar com os diferentes grupos (Arcuri & Cadinu, 1998; Brown, 1997; Mazzara, 1997; Pereira, 2002), os estereótipos podem provocar “consequências nefastas ao nível das relações intergrupais. Compreender os estereótipos, os seus efeitos e os processos que conduzem à sua formação, manutenção e mudança é, portanto, uma tarefa de extrema relevância” (Cabecinhas, 1996, p. 2), tendo em vista sua instrumentalidade à clivagem social e manutenção de representações compostas por elementos negativos associados às categorias e grupos minoritários.

Quando os membros do grupo rural vão à cidade ou estão em contato com os cidadãos, possivelmente, nessa relação está implícito um imaginário repleto de estereótipos negativos (*pensam que sou bobo, feio, burro...*) que regulam a relação entre as partes. A representação sobre o rural associada ao exogrupo é uma imagem elaborada também a partir desse contato. A face nociva seja da expressão concreta do preconceito nas relações cotidianas seja a manifestação desse imaginário em seus diversos mecanismos de expressão (como a imagem negativa do homem rural sustentada pela mídia ou a desvalorização dos produtos provenientes do campo, por exemplo) influencia justamente a edificação de espaços-gueto nos quais a alteridade é cerceada e as relações são reduzidas à tonalidade do conflito e da ameaça. Embora a incorporação dos estereótipos pelos indivíduos possa provocar respostas defensivas que equilibrem o sistema simbólico que estrutura a imagem social dos grupos, bem como assegurar o pertencimento psicológico, também pode alimentar a timidez, o afastamento, a dificuldade de inserção nos espaços de domínio público, criando ou reforçando a fronteira entre os dois modos de vida, pois como definido por Souza (1996), as representações “constituem o conhecimento, originado nas trocas que ocorrem entre os indivíduos nos grupos sociais, atra-

vés do qual tornamos a realidade física e social tangível” (p. 60).

O relato da experiência de preconceito possibilitou identificar pontos de conflito entre os universos urbano e rural no interior do grupo investigado. Um terço dos participantes relatou já ter vivenciado alguma situação na qual se sentiu discriminado por ser identificado como pessoa do meio rural, mas todos os integrantes do grupo afirmaram existir preconceito generalizado em relação à categoria camponesa, considerada inferior à urbana na hierarquia social.

Os dados geracionais fornecem evidências de que a experiência de preconceito resulta do contato com o ambiente urbano. A quarta geração, que possui menor contato com a cidade, apresentou justamente o menor número de indivíduos que mencionaram ter sofrido preconceito por serem reconhecidos como *pessoa rural* ($f=6$). É importante ressaltar que já entre as crianças tanto a elaboração da autoimagem como as relações sociais são influenciadas pela distinção entre os membros da comunidade rural e os habitantes da cidade.

Na terceira geração o número de respondentes que afirma ter sofrido preconceito aumenta ($f=21$), o que está principalmente relacionado ao espaço escolar. Os integrantes desta geração foram/são vinculados a duas diferentes instituições escolares durante o ensino médio: a Escola Família Agrícola (EFA), que funciona em regime semanal de alternância (o estudante permanece uma semana em casa, com a família, e outra na escola) e a escola convencional do centro da cidade em horário noturno (ensino diário). O ensino primário e o fundamental são feitos na própria comunidade, este último já no modelo da Pedagogia da Alternância (Ribeiro, 2008; Teixeira, Bernartt & Trindade, 2008). Geralmente, os jovens que não podem se ausentar da família durante a semana estudam à noite, no centro da cidade, tendo maior contato com os jovens urbanos, bem como com os demais jovens provenientes de outras comunidades rurais da localidade. Os integrantes que estudam no centro da cidade mencionaram vários exemplos de situações ofensivas e que interferiam diretamente no processo de aprendizagem. Embora os estudantes da EFA não vivam situações de preconceito no ambiente

escolar, a própria vinculação à pedagogia rural, uma marca social de identificação com o campo, é percebida como um ponto favorável à ocorrência de situações discriminatórias nas relações locais.

Na segunda geração, a frequência de relatos sobre preconceito se mantém praticamente igual ao apresentado na terceira ($f = 22$). É importante ressaltar que são, principalmente, os membros da segunda geração que *resolvem as coisas na cidade* (banco, supermercado, farmácia e lojas em geral) e entram mais frequentemente em contato com membros do grupo urbano.

Na primeira geração, a frequência de preconceito percebido sofre leve redução em comparação à segunda geração ($f = 17$). A relação dos integrantes dessa geração com a cidade está especialmente vinculada ao recebimento da aposentadoria, exames médicos e acesso ao comércio local. Entre as situações mencionadas pelos indivíduos deste grupo geracional, retratando situações discriminatórias por serem identificados como pessoas do meio rural, estão principalmente eventos que permaneceram na memória do grupo, tendo sido vividos há muitos anos atrás. Os participantes ressaltaram que evitam o contato com a cidade para não serem submetidos a situações constrangedoras e humilhantes. As situações descritas referem-se a contato face a face em encontros da igreja, bem como em outros locais como lojas, instituições de saúde, escolas, pontos de comercialização dos produtos e atividades esportivas entre times de futebol da localidade. Os calos nas mãos, o rosto queimado de sol, as expressões e linguagem características ou a identificação da comunidade de origem, são algumas das marcas mencionadas pelos participantes que tornam visível sua identidade social, condição que se aproxima daquela vivenciada pelos grupos minoritários que possuem a marca visível da diferença, como os japoneses (Suda & Souza, 2006), os negros (Gomes, 2006) e ciganos (Souza, Bonomo, Livramento, Brasil & Canal, 2009), entre outros.

A experiência de conflito vinculada à história e a vivência do grupo abordado incluem diferentes dimensões que remetem desde a um passado recente, de luta entre comunidades rurais e grandes indústrias (Valadão, 1999), ao preconceito sofrido nas relações locais cotidianas. No que se refere ao

conflito com as grandes indústrias (Valadão, 1999) na década de 1980, embora tal evento tenha sido esmaecido na memória da comunidade em favor da unidade interna e de sua estabilidade simbólica, permanece na lembrança das primeiras gerações como marco que instaura o que poderíamos designar de conflito fundador na relação campo-cidade para este grupo. Nesta perspectiva, a história da comunidade rural estudada se confunde com a história de conflito vivenciado por outros grupos camponeses, configurando-se em uma luta entre categorias sociais e seu sistema ideológico, político e econômico de sustentação.

A tensão entre as ideias de progresso e acesso ao capital, ligadas à imagem da urbanização, e a cultura rural, ainda representada sob o rótulo do atraso, pode ser conferida com mais propriedade nas relações sociais presentes nas pequenas cidades (Endlich, 2006). É importante considerar que na tentativa de afastamento da possibilidade de associação com o modo de vida rural, a perspectiva progressista das cidades do interior, que tem como referência os grandes centros urbanos, poderia atuar como força discriminatória em relação ao grupo camponês, condição que inclui mais uma unidade de análise a ser contemplada nos estudos que focalizam a relação campo-cidade.

As ‘metarrepresentações’ forneceram um panorama do lugar que os membros do grupo rural acreditam ocupar no imaginário social urbano. Os resultados apresentados indicam que o grupo rural reconhece a face hegemônica negativa de sua categoria de pertencimento, o que nos leva a indagar sobre os mecanismos elaborados pelo endogrupo para a manutenção de sua autoimagem positiva (Tajfel, 1982b, 1983). Nas reflexões desenvolvidas por Vala (1997), em estudo que procura articular identidade social, relações intergrupais e representações sociais, encontramos um caminho possível para responder a esta indagação. De acordo com o autor, a perspectiva de análise centrada apenas na identificação dos estereótipos, como única dimensão das representações intergrupais, mostra-se insuficiente à abordagem do fenômeno identitário, posto que

uma vez activada, num contexto dado, uma identidade social (a pertença a um endogrupo relevante) e

uma categoria de pertença antagonista (exogrupo), os indivíduos não só activam e avaliam representações sobre os estereótipos que definem os membros do endogrupo e os membros do exogrupo... mas activam e avaliam igualmente representações sobre os objectos que definem o espaço de vida dos grupos, nomeadamente sobre os valores que caracterizam a sua acção (Vala, 1997, p. 12).

Em consonância com esta proposta integradora das dimensões que mobilizam o campo representacional, procuramos conhecer os valores associados ao endogrupo e ao exogrupo. Na tabela 3 são apresentados os elementos valorativos identificados pelo grupo como sendo próprios do rural e os que seriam característicos da cidade. A dinâmica subjacente a este conjunto de dados nos fornece algumas pistas acerca do posicionamento grupal face à imagem hegemônica de sua categoria social.

Tabela 3
Valores urbanos e rurais para membros do grupo rural

| Valores do rural | | Valores do urbano | | | |
|------------------|-------|-------------------|-------|----------------|-------|
| Termo | Freq. | Termo | Freq. | Termo | Freq. |
| Respeito | 93 | Amizade | 32 | Capitalista | 62 |
| Educação | 54 | Família | 29 | Malevolência | 33 |
| Honestidade | 49 | Religiosidade | 29 | Trabalho | 33 |
| Trabalho | 46 | Coletividade | 28 | Individualismo | 50 |
| Benevolência | 44 | Alteridade | 27 | Ganância | 29 |
| Solidariedade | 38 | Convivência | 25 | Aparência | 28 |
| | | | | Curtição | 27 |

Nota. Lista de palavras mais frequentes ($f \geq 25$) – frequências absolutas

Analisando os dados fornecidos na tabela 3, verifica-se que todos os elementos identificados como valores rurais guardam profunda relação com o modo de vida comunitário-familiar (família e coletividade), com as interações sociais fundamentais para a vida na comunidade (amizade, convivência, edu-

cação, honestidade e respeito), com o provimento da unidade familiar (trabalho) e com o posicionamento político-religioso (alteridade, benevolência, religiosidade e solidariedade), em consonância com a forma de organização das Comunidades Eclesiais de Base (Mainwaring, 2004). À cidade, por sua vez, são atribuídos valores que caracterizariam a sociedade urbana através da máxima produtivista (capitalista, ganância e trabalho), priorizando a imagem de *status* e poder (aparência e curtição), e ainda como negação dos valores coletivistas que caracterizam o rural (individualismo e malevolência). É interessante que mesmo o elemento “trabalho”, comum aos dois campos valorativos, assume conotação oposta: no contexto rural estaria a serviço da autossustentabilidade e é visto como virtude que garantiria o provimento da família e formação do chamado “homem de bem”; enquanto na cidade o trabalho representaria o mecanismo de manutenção do sistema de acúmulo do capital, associado às ideias de exploração e de desigualdade social.

Foi possível observar a constituição de um quadro de valores claramente polarizados, que dão nitidez à oposição entre valores comunitaristas vs. valores capitalistas, indicando a ideologia que sustenta a arquitetura simbólica elaborada pelo grupo a fim de se diferenciar do modo de vida urbano. Poderíamos, então, sumarizar da seguinte forma a dinâmica simbolizada na valência dos valores apresentados, de acordo com a imagem social elaborada pelos participantes, em uma possível *máxima distinção*: no grupo rural o modo de produção estaria a serviço da vida, ao passo que no grupo urbano, segundo a perspectiva dos participantes, a vida é que estaria a serviço da produção.

Para entender a relação campo-cidade na dimensão do pertencimento social é preciso avançar na investigação do sistema simbólico que orienta a construção dessas realidades como campo de forças onde se posicionam os grupos sociais e seus membros. Neste estudo optamos por abordar a imagem social do *homem rural*, segundo o imaginário de seu próprio grupo, a fim de investigar se as representações criadas estão ou não em consonância com as representações hegemônicas associadas a sua categoria de pertencimento. Procurou-se conhecer como os membros do grupo rural posicionam-se

frente à estrutura social e simbólica, que “se constitui em torno de interesses que lutam para se impor como interesses dominantes, como normas de convivência, como reguladores das relações sociais, culturais, políticas e econômicas” (Souza, 2004, p. 64), bem como conhecer como estes indivíduos sistematizam sua própria realidade através das representações endogrupais.

Os conceitos de representações hegemônicas e polêmicas no contexto das minorias ativas, conforme propostos por Moscovici (1988, 1979), fornecem subsídios analíticos valiosos à interpretação dos resultados apresentados. Uma condição inicial que já nos lança na lógica subjacente a este enquadramento teórico-conceitual é a identificação do grupo rural no conjunto das minorias sociais. Seguindo a perspectiva de autores que têm discutido o movimento de afirmação identitária dos grupos sociais face às políticas globalizantes em seus impactos para as identidades locais (Burity, 2001; Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006; Souza, 2008), é possível pensar que as representações compostas por elementos negativamente valorizados associadas ao *homem rural* (Campos, 2007; Fressato, 2008; Gonçalves, 2005; Oliveira, 2003; Nóvoa & Fressato, 2007; Vasconcellos, 2009) provocam a elaboração de representações polêmicas e essas, por sua vez, atuam em favor dos processos de identidade social (Tajfel, 1982a, 1983).

Nos resultados apresentados podemos identificar a constituição do campo representacional (figura 1) nas relações de poder que atuam no eixo minoritário/dominado/rural versus majoritário/dominante/urbano (nomenclatura que visa traduzir as relações de poder, conforme sistema de assimetria/desigualdade e clivagem social, e não como uma análise conclusiva do confronto entre os grupos sociais) (Cabecinhas & Amâncio, 2004; Tajfel, 1982a; Vala, 1997).

A representação hegemônica do homem do campo é sustentada pela difusão de estereótipos que configuram uma imagem desqualificada e inferiorizante dos integrantes desta categoria. É importante destacar que o conteúdo identificado pelos respondentes [“*pensam que somos bobos, burros, cafonas, caipiras, jeca tatu, pobres e roceiros...*”] está em consonância com os elementos relatados

em estudos que têm focalizado esta temática (Campos, 2007; Fressato, 2008; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Gonçalves, 2005; Vasconcellos, 2009). Em resposta à imagem com valência negativa são elaborados novos significados orientados para a distintividade positiva do endogrupo, significados que afastam os integrantes da comunidade da possibilidade de identificação com os elementos negativos que circulam no imaginário social, e lhes conferem uma autoimagem positiva (Tajfel, 1982a, 1982b, 1983). Assim, os membros do grupo rural se reconhecem como: *respeitosos, educados, honestos, trabalhadores, bons e solidários*. Dados semelhantes foram encontrados por Cabecinhas e Amâncio (2004) em estudo sobre os processos de dominação e exclusão sociais através das representações de grupos minoritários entre angolanos e portugueses. De acordo com a análise das referidas autoras, a presença de elementos positivos de sociabilidade, bem como significados relacionados a conflito e luta social “remetem claramente para a representação de um grupo dominado que, sentindo-se em posição desfavorável e ameaçado pelo exterior, reforça a solidariedade e coesão internas” (p. 12).

A questão que resulta desta condição minoritária nos conduz à análise da função justificadora dos estereótipos (Tajfel, 1982a, 1982b, 1983). Com base nos estereótipos (negativos) elaborados sobre o urbano, o grupo rural, com menor *status* social, procura ressignificar os estereótipos aos quais se encontra associado, atingindo, assim, sua distintividade social positiva em relação ao grupo de oposição. Na elaboração do conteúdo representacional a serviço da ressignificação identifica-se a formação e dinâmica das representações polêmicas, que, na acepção de Vala (1997), Pereira e Camino (2003) e Cabecinhas, Lima e Chaves (2006), estariam a serviço da identidade social, visto que ao promover os significados de oposição e portadores de conflitualidade, “a minoria pretende o reconhecimento de sua existência e de sua identidade” (Nóbrega, 1998, p. 135). Nas representações polêmicas se ancora o conflito intergrupar e pode-se reconhecer o campo de forças em função do eixo hegemônico-minoritário (Moscovici, 1979; Vala, 1997).

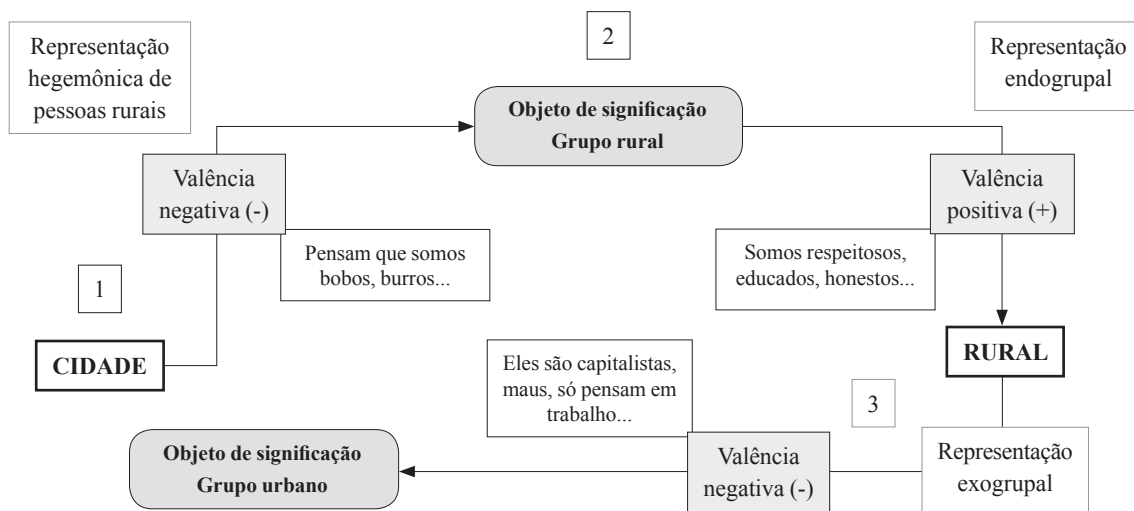


Figura 1. Esquematização do processo de ressignificação do campo representacional segundo imaginário do grupo rural. Frente à representação com conotação negativa que lhe é atribuída 1) o grupo rural elabora duas respostas defensivas: 2) ressignifica os elementos negativos associados ao seu grupo, dotando-os de valência positiva, e 3) elabora a representação dos cidadãos a partir de elementos negativamente avaliados, segundo seu sistema de valores. Ressaltamos que a descrição dos principais processos implicados na ressignificação do campo representacional, em sua polaridade e semântica, visa apenas fornecer uma base ilustrativa à discussão dos resultados, não tendo como pretensão esgotar a complexidade de variáveis e fatores que contribuem para a elaboração do referido campo

De acordo com essa perspectiva e considerando as informações sistematizadas na figura 1, é possível verificar que os elementos endogrupal explicitam a ressignificação da imagem hegemônica pelo grupo rural, projetando no grupo urbano a significação negativa que lhe foi associada, segundo a representação sobre o exogrupo - *Eles são capitalistas, maus, só pensam em trabalho, individualistas e gananciosos*. Ainda em relação aos elementos da representação exogrupal (tabela 3), é interessante observar que embora possuam conotação negativa (em comparação com o sistema de valores do grupo rural), seu conteúdo revela o reconhecimento da posição superior (dinheiro, *status* e poder) que este grupo ocupa na estrutura social e simbólica de nossa sociedade. Esta constatação não equivale a dizer que o grupo rural se identifique como grupo submetido aos valores urbanos, considerando que não foram encontrados nas representações endogrupal elementos de submissão (Cabecinhas & Amâncio, 2004). Em complemento a essa análise, recuperamos a lógica das minorias ativas (Moscovici, 1979), a qual faz

referência justamente ao protagonismo dos grupos minoritários frente ao hegemônico (Glaveanu, 2009). Nessa perspectiva e em consonância com os resultados apresentados, reconhecer-se como minoria não significa reconhecer-se como dominada, submissa, passiva ou inferior; tal reconhecimento poderia revelar, na realidade, a condição necessária para que um grupo seja provocado a assumir uma posição em defesa de seu modo de vida e a lutar pelos princípios e direitos de sua categoria social, tornando-se, portanto, uma minoria de fato ativa. Afinal, “lo que transforma a la minoría en minoría activa es a resistencia misma” (Moscovici, 2006, p. 164).

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas neste estudo foram orientadas pelo quadro conceitual das representações hegemônicas e polêmicas (Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006; Ben-Asher, 2003; Glaveanu, 2009; Moscovici, 1988; Vala, 1997), o qual se apresentou adequado à análise do posicionamento

de membros de um grupo rural frente à estrutura social e ideológica que os associa ao conjunto de categorias sociais minoritárias, consideradas inferiores e à margem das sociabilidades urbanas (Campos, 2007). As construções simbólicas derivadas desta dinâmica de poder e clivagem social refletem a elaboração de representações polêmicas ou contra-hegemônicas, sustentadas na ressignificação dos estereótipos negativos associados ao homem rural, processo que denota a manifestação ativa do grupo através da resistência à identificação com o modelo hegemônico.

Os resultados referentes às motivações para êxodo ou permanência no território rural revelaram a prevalência do projeto de vida vinculado ao campo nas quatro gerações investigadas, corroborando os demais dados do estudo que indicam a valorização do endogrupo. A análise do conjunto de significados referentes aos estereótipos e experiências de preconceito forneceu importantes subsídios à discussão centrada na dimensão valorativa em favor dos processos de identidade social (Tajfel, 1982a, 1982b, 1983). Os clássicos estereótipos de *roceiros*, *bobos* e *caipiras* foram identificados como a imagem social do homem do campo (Campos, 2007; Gonçalves, 2005), elementos estes que deflagram o cenário conflitual estratégico à mobilização de representações defensivas, que acarretam a associação do endogrupo a valores positivos, fundamentados no modo de vida comunitário, e a cidade a significados negativamente valorados, associada ao modo de vida capitalista. É pertinente, portanto, a conclusão de que o contexto de diferenciação social mobilizado por relações de conflito ativam representações polêmicas em defesa do grupo de pertencimento, apresentando a valência dos elementos das representações em estreita relação com a identidade social (Cabecinhas & Lázaro, 1997; Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006; Souza, 2004, 2008; Vala, 1997).

A partir da realização desse estudo foi possível verificar que as representações sociais estão inseridas em um campo de forças e sua elaboração, manutenção ou transformação estão vinculadas aos diferentes níveis da dinâmica social, conforme ressaltado por Doise (1982, 2002). Como foi possível constatar, o conteúdo ativado para a compo-

sição do campo representacional, que organiza as realidades campo-cidade de acordo com o sistema de interpretação do grupo rural, diz respeito tanto à dinâmica local entre grupos de contato, quanto à dimensão macro-social de estrutura e organização da sociedade, na qual se revela a capacidade das representações articularem informações a respeito da hierarquia das categorias sociais de nossa cultura (Moscovici, 1988). Nesse sentido, reiteramos a necessidade de articulação entre os diferentes níveis de análise dos fenômenos sociais para viabilizar o acesso à realidade em suas tensões e ambiguidades, processos nos quais se manifestam as normas, os valores e as crenças que estão sujeitos a atualizações, movimento que seleciona e reforça o que é central ao modo de vida dos grupos sociais e à elaboração de sua identidade.

Há que se problematizar, todavia, a face excludente da elaboração das categorias negativas (Souza, 2004) em seus efeitos para o campo da ação humana frente às diferentes expressões de modos de vida. A hegemonia instaura o normativo e pressiona processos de distinção entre quem faz parte e quem está fora do circuito tido como legítimo, neste último caso, nomeadamente os grupos sociais minoritários. As experiências de preconceito, a esquivas em relação ao contato com pessoas da cidade, a inacessibilidade a recursos importantes para as novas gerações, especialmente o estudo, e a própria desvalorização da imagem do *homem do campo*, com a ampla difusão de estereótipos que reforçam e reproduzem a avaliação negativa dessa categoria e seu *status* social de inferioridade, são alguns dos exemplos do impacto dessa dinâmica de distinção social aos projetos de vida dos membros da comunidade. Permanece, contudo, a necessidade de se criar instrumentos e espaços de desmistificação em torno dos estereótipos com conotação negativa associados a determinados grupos sociais, o que pode ser viabilizado através da produção e difusão de conhecimento.

Face à relevância do tema abordado, destacamos a importância de realização de novas investigações sobre a relação entre valores e estereótipos, bem como sua função para os processos de identidade social. Acreditamos que a articulação entre as referidas dimensões poderá fornecer importantes

contribuições à compreensão da identidade como fenômeno construído na interface entre indivíduo, grupo e seu contexto social, cultural e ideológico. Apontamos ainda a necessidade de novos estudos que contemplem a mobilidade/resistência endogrupal na esfera da relação campo-cidade, fortalecendo as investigações direcionadas às reflexões acerca da construção da identidade camponesa no contexto contemporâneo de hegemonia urbana.

Referências bibliográficas

- Arcuri, L., & Cadinu, M. R. (1998). *Gli stereotipi*. Bologna: Il Mulino.
- Arruda, A. (1998). O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro – negociando a diferença. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 17-46). Petrópolis/RJ: Editora Vozes.
- Arruda, A. (2005). Durkheim e imaginário social. In C. P. Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 209-232). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2003). L'analyse de contenu et de la forme des communications. In S. Moscovici & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: Puf Fondamental.
- Ben-Asher, S. (2003). Hegemonic, Emancipated and Polemic Social Representations: Parental Dialogue Regarding Israeli Naval Commandos Training in Polluted Water. *Papers on Social Representations*, 12, 6.1-6.12.
- Bigazzi, S. (2009). *Gypsy representation – Gypsy identity* (Tese de doutorado, University of Rome Sapienza, Rome, Italy).
- Bonomo, M., & Souza, L. (2010). Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 23, 1-50.
- Brown, R. (1997). *Psicologia sociale del pregiudizio*. Bologna: Il Mulino.
- Brumer, A. (2006). A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. VII *Congreso Latino-Americano de Sociología Rural - ALASRU*, Quito, Ecuador, 1-19.
- Brumer, A., Pandolfo, G. C., & Coradini, L. (2008). Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. *Fazendo gênero 8 Corpo, violência e poder*. Florianópolis: UFSC – CFH – REF, 1-7.
- Burity, J. (2001). Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. *Trabalhos para discussão*, 107. Recuperado em 30 de novembro de 2009 de <http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/discussao/multiculturalismo.pdf>
- Cabecinhas, R. (1996). Enviesamentos na percepção dos grupos sociais. O papel da posição social e do contexto. *Análise Psicológica*, 16 (1), 73-86.
- Cabecinhas, R. (2006). Identidade e memória social: estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In M. Martins, H. Sousa e R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 183-214). Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: metodologias e investigação* (pp. 51-66). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (12 de maio, 2004). Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. In *V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Universidade do Minho, Braga.
- Cabecinhas, R., & Lázaro, A. (1997). Identidade social e estereótipos sociais de grupos em conflito: um estudo numa Organização Universitária. *Cadernos do Noroeste*, 10 (1), 411-426.
- Cabecinhas, R., Lima, M. E. O., & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda e M. I. João. (Eds.), *Identidades Nacionais em Debate* (pp. 67-92). Oeiras: Celta.
- Campos, J. T. (maio-agosto, 2007). Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos. *Educ. Soc.*, 28 (99), 589-606.
- Castro, E. G. (2009). Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez*, 7 (1), 179-208.
- Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social – Dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

- Doise, W. (1982). *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Doise, W. (2002). Da Psicologia Social à Psicologia Societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18 (1), 027-035.
- Endlich, A. M. (2006). *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná* (Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo).
- Fernandes, B. M. (2005). Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In A. M. Buainain (Ed.), *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Fressato, S. B. (2008). Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema. In J. Nóvoa y J. A. Barros (Orgs.), *Cultura popular: espaço de deboche e de resistência. Uma representação em tristeza do Jeca* (pp. 183-199). Rio de Janeiro: Apicuri.
- Galizoni, F. M. (2002). Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 40 (3), 77-96.
- Galli, I. (2006). *La teoria delle rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Glaveanu, V. P. (2009). What differences make a difference? A discussion of hegemony, resistance and representation. *Papers on social representations*, 18, 2.1-2.22.
- Gohn, M. G. (2006). *Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gomes, L. M. (2006). *Sem perder a raiz – corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gonçalves, E. M. (2005). O Folclore na mídia de massa: Globo rural e aspectos folclóricos do homem do campo. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 3, 1-18.
- Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – A social psychology of intergroup relations and group processes*. USA e Canada: Routledge.
- Latouche, S. (2009). *Pequeno tratado de decrescimento sereno*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Mainwaring, S. (2004). *A igreja católica e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Martins, J. S. (1994). *O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo, Editora Hucitec.
- Mazzara, B. M. (1997). *Stereotipi e pregiudizi*. Bologna: Il Mulino.
- Medeiros, L. S. (2001). “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In N. Giarracca (Org.), *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* (pp. 102-128). Buenos Aires: CLACSO.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Moscovici, S. (1979). *Psychologie des minorités actives*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (1993). *The invention of society – psychological explanations for social phenomena*. Cambridge/UK: Polity Press.
- Moscovici, S. (2006). La psicología de las minorías activas revisitada. *POLIS*, 2 (1), 141-177.
- Nóbrega, S. M. (1998). Maiorias e minorias: do conformismo à inovação. In A. S. P. Moreira e D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 131-139). Goiânia: AB.
- Nóvoa, J., & Fressato, S. (2007). Um caipira ingênuo e malicioso debocha da modernidade: representações no cinema de Mazzaropi. *Politeia: Hist. e Soc.*, 7 (1), 187-203.
- Oliveira, D. C. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Rev. Enferm. (UERJ, Rio de Janeiro)*, 16 (4), 569-576.
- Oliveira, K. F., & Jannuzzi, P. M. (2005). Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste- padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo em Perspectiva*, 19 (4), 134-143.
- Oliveira, L. L. (2003). Do Caipira Picando Fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. *Revista USP*, 59, 232-257.
- Panzutti, N. P. M. (2006). *Mulher rural – eminência oculta*. Campinas/SP: Editora Alínea.
- Pereira, C., & Camino, L. (2003). Representações Sociais, Envolvimento nos Direitos Humanos e Ideologia Política em Estudantes Universitários de

- João Pessoa. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 16 (3), 447-460.
- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: E. P. U.
- Portela, F., & Vesentini, J. W. (2008). *Êxodo rural e urbanização*. São Paulo: Editora Ática.
- Ribeiro, M. (2008). Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. *Educ. Pesqui.*, 34 (1), 27-45.
- Ribemboim, J., & Moreira, F. G. L. (2008). O fenômeno da chegada urbana em contraponto ao do "êxodo rural". In *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais* – ABEP. Caxambu – MG.
- Romanelli, G., & Bezerra, N. M. A. (1999). Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. *Paidéia*, 9 (16), 77-87.
- Santos, I. E. (2006). *Homem idoso: vivência de papéis durante o ciclo vital da família* (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife).
- Souza, L. (1996). O linchamento sob uma perspectiva psicossocial: identidade social e representação de justiça. In L. Camino e P. R. M. Menandro (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da Psicologia: questões teóricas e metodológicas* (pp. 47-69). Rio de Janeiro: Anpepp.
- Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In L. Souza e Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp. 57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, L. (2008). Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. In E. M. Rosa, L. Souza e L. Z. Avellar (Orgs.), *Psicologia social – temas em debate* (pp. 169-198). Vitória: UFES-ABRAPSO.
- Souza, L., Bonomo, M., Livramento, A. M., Brasil, J. A., & Canal, F. D. (2009). Processos identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade. *Liberabit*, 15 (1), 29-37.
- Stropasolas, V. L. (2004). O Valor (do) casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, 12 (1), 253-267.
- Stropasolas, V. L. (2006). *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: UFSC.
- Suda, J. R., & Souza, L. (2006). Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na grande Vitória (ES). *Psicologia e Sociedade*, 18 (2), 72-80.
- Tajfel, H. (1982a). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro e M. H. Castro (Orgs.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13-24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). *Grupos humanos e categorias sociais I*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tassara, E. T. O. (2007). Urbanidade e periurbanidade(s). Reflexões sobre dimensões psicossociais das dinâmicas históricas. *Série Documenta Eicos (UFRJ)*, 17, 1-19.
- Tassara, E. T. O., & Rabinovich, E. P. (2007). Movimentos migratórios na metrópole de São Paulo no século XXI: um estudo quali-quantitativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ, RJ)*, 7 (3), 502-520.
- Teixeira, E. S., Bernartt, M. L., & Trindade, G. A. (2008). Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educ. Pesqui.* (São Paulo), 34 (2), 227-242.
- Turner, J. C., & Reynolds, K. J. (2001). The social identity perspective in intergroup relations: Theory, themes, and controversies. In R. J. Brown e S. Gaertner (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes* (pp. 133-152). Oxford, UK: Blackwell.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32 (140), 7-29.
- Valadão, V. A. (1999). *Assentamentos e sem terra – a importância do papel dos mediadores*. Vitória: EDUFES.
- Vasconcellos, D. V. (2009). *O homem pobre do campo no pensamento brasileiro e no imaginário social* (Dissertação de Mestrado, UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil).

Fecha de recepción: 28 de abril de 2011
Fecha de aceptación: 4 de febrero de 2013